

# A DIMENSÃO CRIATIVA DA HISTÓRIA: UMA CONTRAPOSIÇÃO ENTRE OS ESCRITOS DE BENJAMIN E NORA

## LA DIMENSION CRIATIVE DE LA HISTOIRE: UNE CONTRAPOSITION ENTRE LES ÉCRITS DE BENJAMIN ET DE NORA

Ricardo SALZTRAGER\*  
Felipe Teixeira LOURENÇO\*\*

**Resumo:** O presente estudo tem por objetivo discutir a produção do conhecimento historiográfico no pensamento de Walter Benjamin. Segundo este filósofo, a história é vista como fluída, passível de ser constantemente construída e, portanto, permeável à intervenção de todos os seus interlocutores. Veremos também que ele combate a ideia da existência de uma verdade absoluta e naturalizada subjacente à construção da história, como se ela se pretendesse linear e construída a partir de uma origem prévia. Neste sentido, estabelecemos uma contraposição entre as concepções de Benjamin e de Nora, visando sublinhar que o conceito de história do primeiro possui uma dimensão fundamentalmente criativa que contrasta com a dimensão saudosista do segundo.

**Palavras-chave:** história; verdade; criação; Benjamin; Nora.

**Résumé:** Cette étude vise à discuter la production de connaissances historiographiques dans les écrits de Walter Benjamin. Selon ce philosophe, l'histoire est considérée comme fluide et qui peut être constamment construite et perméable à l'intervention de tous ses interlocuteurs. Nous verrons aussi qu'il combat l'idée qu'il y a une vérité absolue et naturalisée sous-jacente à la construction de l'histoire, comme si elle était linéaire et fait à partir d'une seule origine. Donc un contraste est établi entre les concepts de Benjamin et Nora, afin de souligner que le concept de l'histoire du première a une dimension fondamentalement créative qui contraste avec la dimension nostalgique du second.

**Mots-clés:** histoire; vérité; création; Benjamin; Nora.

### *Introdução*

Este artigo propõe discutir a dimensão eminentemente criativa do processo de produção historiográfica a partir do pensamento de Benjamin. Ao longo do trabalho, demonstraremos como as construções de histórias e memórias se dão em um tempo “saturado de agoras” (BENJAMIN, 1940/2012, p.229), ou seja, um tempo não linear, no qual passado, presente e futuro se interrelacionam, sendo o passado construído a partir de sua interação com o presente e com o que está por vir. A construção historiográfica que aí se dá acaba tornando mister as constantes revisitações aos discursos e narrativas

---

\* Mestre e Doutor em teoria psicanalítica (UFRJ). E-mail: ricolalz@uol.com.br

\*\* Mestre em memória social (UNIRIO). E-mail: felipetlourengo@hotmail.com

produzidos, gerando um combate às cristalizações de histórias imutáveis e de verdades absolutas, bem como à dogmatização dos saberes e memórias oficiais. Nesse sentido, com base nas “Teses sobre o conceito de história” (BENJAMIN, 1940/2012) e em “O Narrador” (BENJAMIN, 1936/2012), temos um conceito de história profundamente marcado pela relativização, de forma que nele se valorize as diferentes interpretações dos construtores e receptores deste conhecimento.

De fato, estes são textos que problematizam quaisquer pretensões de elaboração de uma história oficial e que, por isto, se contrapõem ao “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, no qual Nora (1993) circunscreve o famoso conceito de “lugares de memória”. Trabalharemos, portanto, em cima do contraste entre estes escritos, sendo necessário marcar, desde já, que somos conscientes de que as obras de Benjamin e de Nora não se reduzem a eles e que a proposta de destacá-los é apenas uma tentativa de seguir uma ideia para verificarmos quais questionamentos podem ser lançados.

Com efeito, o conceito de lugares de memória foi criado na década de 1970, remetendo a lugares entendidos em seu sentido mais amplo nos quais uma memória se cristaliza. Tais lugares abrangem tanto locais materiais – como arquivos, museus e monumentos – quanto abstratos e simbólicos – como comemorações e feriados. Conforme veremos em detalhes, nestes lugares, a memória deixa de ser fluida e passa a fazer parte de uma história preferencialmente imutável, caracterizada pelo acúmulo do estoque material e simbólico daquilo que não é mais possível lembrar. Para Nora, a construção destes lugares auxilia o processo de consolidação da história oficial de uma sociedade ou nação, servindo de base aos mecanismos identitários de um povo.

Quanto a isto, é marcante que Nora pense a relação entre história e memória de forma peculiar: para ele, a memória já não mais existiria e, em seu lugar, surge a necessidade de se fazer história. É justamente neste contexto que os lugares de memória encontram sua razão de ser, já que com eles fica, de certa forma, viável compensar o que foi perdido através da acumulação de vestígios, testemunhos, documentos, discursos ou sinais do que se passou. Nesta medida, a obsessão pelo registro e pela acumulação de fragmentos do passado por meio de suportes mnemônicos teria transformado as memórias espontâneas em algo profundamente institucionalizado pela história, legitimando todo o discurso oficial que se constrói sobre determinada sociedade.

Temos, portanto, uma abordagem que, em muitos aspectos, caminha em sentido contrário a de Benjamin: para este, a construção da história é um processo criativo, enquanto que para Nora, trata-se de um trabalho fundamentalmente compensatório. É este o fio condutor da nossa análise e, com ele, almejamos demonstrar que, ao contrário de Nora, Benjamin pensa a história como algo a ser construído tanto pelo historiador quanto por seus ouvintes e leitores, em um exercício dialético e interminável. Isto conduz à ideia de que a construção histórica é sempre uma tarefa repleta de diferentes escolhas referentes tanto à forma de ser narrar quanto ao “que” e “quando” se narrar. Assim, entendemos que, em suas escolhas narrativas e argumentativas, tanto o historiador quanto os receptores de seu conhecimento são capazes de interpretar experiências, de forma a lançar nova luz sobre elas e permeá-las de marcas e vestígios que possibilitam a reconstrução daquela narrativa tradicional antes consolidada.

#### *Walter Benjamin: o narrador*

Benjamin foi um filósofo da primeira geração da escola de Frankfurt, escola que tinha como objetivo o desenvolvimento de uma teoria crítica da sociedade com base na filosofia de Marx. Entretanto, é importante ressaltar que mesmo tendo o pensamento de Marx como pedra angular, a escola de Frankfurt entendia que o marxismo tradicional não era capaz de dar conta do contexto atual da sociedade e, por isto, buscava também estabelecer um diálogo com a sociologia antipositivista, com a psicologia e com outros pensadores das mais diversas áreas.

A obra de Benjamin é paradoxal sem ser contraditória, construindo-se a partir de uma ampla gama de temas. O autor atuou como tradutor, crítico de literatura e ensaísta e sua produção sempre tendeu para uma mescla entre a abertura artística, a beleza da poesia e a criatividade filosófica. Percebe-se, por exemplo, em suas concepções sobre a história, uma ruptura com formas tradicionais de escrita representadas pelo modelo linear de início, meio e fim, de forma que ele apresenta suas mais diversas concepções na forma de redes que se entrelaçam. Isso significa que, ao longo de sua obra, reflexões são colocadas de maneira fluída, permitindo e estimulando um exercício constante de construções e de elaborações. Porém, nada disso impediu que seu pensamento se inserisse dentro dos conhecidos rigores da ciência.

Teremos como base para a nossa discussão a ideia de Benjamin – presente tanto no conceito de narrativa quanto no de história – de que é possível estabelecer pontes entre o passado, o presente e o que está por vir, sem que para isso haja a postulação de um dado primário, um elemento bruto originário ou um significado anterior fechado em si mesmo que, assim, seria ressignificado a partir de determinado momento. Neste aspecto, depreendemos que a atividade do recordar não deve ser simplesmente entendida como uma forma de se reviver, mas sim como uma formulação constante, algo que contraria uma lógica da progressão linear e imutável da produção de conhecimento.

Com efeito, Benjamin elabora uma teoria da narrativa que se desenvolve por grande parte de sua obra, sobretudo, em dois textos específicos: “O narrador” (BENJAMIN, 1936/2012) e “Experiência e pobreza” (BENJAMIN, 1933/2012). Neles, o filósofo aborda, de maneira mais incisiva, o relativo declínio da narrativa tradicional ou “a crise da transmissão e da transmissibilidade” que, a seus olhos, “caracteriza a modernidade – deduzida, em termos marxistas, a partir do desenvolvimento do capitalismo e da generalização da forma mercadoria” (GAGNEBIN, 2014, p. 27). Para Benjamin, esta crise da transmissão proporciona a ascensão de duas formas de se constituir e disseminar um saber fechado em si – a informação e o romance – entendendo-as como algo que pode vir a dificultar os processos de reconstrução e de constante ressignificação dos discursos delas advindos. A ascensão e a valorização das escritas meramente informativas e romanceadas são por ele vistas como peças-chaves para o processo de formação do mundo moderno.

Conforme mencionamos, Benjamin apresenta a hipótese de que a maneira tradicional de narrar experiências encontra-se em relativo declínio, de forma a ser cada vez mais raro encontrarmos pessoas que saibam narrar uma história devidamente. É “como se estivéssemos sendo privados de uma faculdade que nos parecia totalmente segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências”. (BENJAMIN, 1936/2012, p.213). Assim, no ensaio “O narrador” (BENJAMIN, 1936/2012), ele apresenta algumas considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, considerado um representante das narrativas tradicionais. Seu intuito é estabelecer as diferenças entre a forma narrativa tradicional de transmissão de um saber e as formas personificadas pelo romance e pela informação que, em si, seriam uma maneira de se disseminar um conhecimento impermeável aos mais diversos vestígios. Neste sentido, Benjamin entende que, ao contrário do romance e da

informação, a narrativa é algo que nos permite distanciar do autor, no sentido de abrirmos possibilidades para as nossas próprias interpretações sobre o que está sendo narrado. Em contrapartida, o romance e a informação produzem um discurso que tende a se fechar sobre si mesmo, tamanha a ânsia pela exatidão da mensagem a ser transmitida.

No modelo narrativo, a proposta é manter vivos os processos de disseminação e de composição de histórias. Nele, o ato de narrar não corresponde exatamente à descrição de um passado ou de uma experiência tal como ela realmente se deu. Ou seja, não haveria um dado bruto ou prévio a partir do qual algo é narrado, mas sim, o desdobramento infinito de imagens, memórias e histórias. A fonte a qual recorrem os narradores é a experiência tal como acumulada ao longo de suas vidas e que passa de pessoa a pessoa absorvendo vestígios e marcas de cada narrador. A experiência, portanto, se constrói constantemente, abrindo o devido espaço para uma constelação de alternativas potenciais e infinitas de interpretações. Nesta metáfora da constelação, as estrelas seriam os vestígios, os fragmentos do passado que são interligados em figuras legíveis no presente produzindo diferentes e infinitas verdades. Gagnebin escreve sobre como Benjamin aborda o tema desta construção de uma constelação de narrativas históricas:

Benjamin já sugere que estes pontos isolados, os fenômenos históricos, só serão verdadeiramente salvos quando formarem uma constelação, tais estrelas, perdidas na imensidão do céu só recebem um nome quando um traçado comum as reúne. (...) Quando Robespierre cita a Roma antiga (Tese XIV), Benjamin vê nesta retomada, talvez inábil, o esboço de uma ligação inédita entre dois fenômenos históricos; graças a esta ligação, dois elementos (ou mais) adquirem um novo sentido e desenham um novo objeto histórico, até aí insuspeitado, mais verdadeiro e mais consistente que a cronologia linear (um pouco como esses jogos nos quais a criança deve interligar entre pontos esparsos no papel que, subitamente, revelam uma figura insuspeitada). Em oposição à narração que enumera sequência dos acontecimentos como as contas de um rosário, este procedimento, que faz emergir momentos privilegiados para fora do *continuum* cronológico, é definido, no fim das “Teses”, como a apreensão de uma constelação salvadora. (GAGNEBIN, 2013, p. 15)

Portanto, verificamos que o próprio passado é salvo a partir do estabelecimento desta constelação e, neste aspecto, cabe questionar se podemos traçar uma analogia entre o modo de produção e transmissão de uma narrativa e o processo de construção e transmissão do conhecimento histórico. Caso a resposta seja afirmativa, tal como depreendemos dos

escritos de Benjamin, poderíamos problematizar todo um historicismo tradicional que, ao longo dos últimos séculos, encarregou-se de produzir as chamadas histórias oficiais.

Com efeito, para Benjamin, salvar a história significa entender as múltiplas possibilidades de interpretações, combatendo cristalizações homogêneas de verdades absolutas e, assim, abrindo-se para a potencialidade do que se pode produzir a partir dos vestígios e dos restos. Demonstra-se com isso a importância do resgate dos vestígios e das ruínas na construção do saber e na transmissão de experiências. Ou seja, “ruínas”, “vestígios” e “detritos” são palavras que carregam uma carga semântica negativa, mas que na filosofia de Benjamin se apresentam enquanto objetos a partir dos quais uma criação é feita. De fato, o narrador acaba sendo incluído naquilo que transmite, já que “imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1936/2012, p. 221) e, com isto, chegam à tona as mais diversas marcas e vestígios que foram deixadas para trás e que podem muito dizer.

Através destes rastros é possível dar forma a um passado esquecido, construir experiências e fazer com que o novo advenha. Ao se juntar os fragmentos, as ruínas esquecidas e as marcas deixadas na argila do vaso, cria-se a possibilidade da salvação de um passado antes inacessível, abrindo-se um leque de múltiplas alternativas interpretativas para o que jamais é unívoco. Neste modelo, a narrativa historiográfica deixa de ser vista como algo rígido e imutável e passa a ser encarada como apenas uma das possibilidades dentre inúmeras outras que estão à espera do historiador para serem retiradas do limbo do esquecimento. E desta forma o passado é salvo: ele é construído pelo pesquisador a partir do presente e, assim, submetido ao processo histórico, ou seja, a própria ideia de verdade passa a ser entendida como algo que possui sua própria historicidade, não devendo jamais ser entendida como absoluta. Assim, através das relações que o autor traça entre passado, presente e futuro, a salvação da história fica ligada à possibilidade de resgatar e dar visibilidade às narrativas dos vencidos. Se, ao contrário, deixarmos para trás esses fragmentos e vestígios deteriorados ou não permitirmos a submissão do passado ao processo histórico, cristalizaremos e perpetuaremos a história dos vencedores e as formas de transmissão de saber fechadas e dogmáticas.

Portanto, percebemos que ao se juntar os vestígios, resíduos e marcas que sobram do passado, o narrador trabalha de maneira semelhante ao historiador descrito nas “Teses

sobre o conceito de história” (BENJAMIN, 1940/2012). Trata-se de algo que discutiremos a seguir, enfatizando a ideia de que o processo de construção do saber histórico descrito por Benjamin acaba rompendo com os principais postulados da escola historiográfica tradicional que insiste em privilegiar o tempo homogêneo e vazio, bem como processo de resgate dos fatos históricos em detrimento da construção das narrativas sobre o passado.

No entanto, antes de entrar propriamente nesta discussão, gostaríamos de lembrar que na teoria de Benjamin existe certa beleza em forma de paradoxo. Este autor descreve a transição entre a forma aberta de se narrar – presente na narrativa tradicional e cujo representante é Leskov – e outras formas de transmissão que se encontram em ascensão e são carregadas de conclusões e explicações fechadas, tais como a informação e o romance. Para o autor, a ascensão dessas formas de transmissão e de narrativas transformou todo o campo das memórias e das escrituras. Contudo, essa transformação não é absoluta. A constatação de Benjamin no que se refere à ascensão destas formas fechadas de transmissão não desemboca em um viés completamente nostálgico ou negativista, mas sim, em uma caminhada para compreender melhor essas transformações.

Além disso, facilmente percebemos que a própria construção de sua obra é repleta das características de um narrador tradicional. Por conseguinte, a teoria narrativa que discute o relativo fim da forma tradicional de se narrar é também parte fundamental do pensamento de um autor que através de sua estratégia filosófica salva ou resgata a narrativa tradicional do limbo do esquecimento. Em sua obra sobre sua infância em Berlim, por exemplo, Benjamin (1938/1987) empreende um trabalho de busca a si mesmo através dos caminhos da alteridade e demonstra como o passado é resgatado por meio de construções que desembocam em diversas possibilidades de desdobramentos. Neste mesmo contexto, Sarlo (2013) também demonstra que Benjamin tinha uma capacidade ímpar de repetir e reconfigurar citações, sempre agregando a elas novas marcas e vestígios e, portanto, deixando claro que elas são inacabadas. Abria-se, assim, espaço para o advento de novas possibilidades criativas.

#### *Walter Benjamin e suas teses sobre o conceito de história*

O texto em que Benjamin formula suas teses sobre o conceito de história é um dos últimos por ele escrito. Publicado postumamente, o trabalho se apresenta como uma crítica

a um modo tradicional de se conceber o conhecimento historiográfico, de modo a problematizar duas tradições tidas como opostas, mas que do seu ponto de vista são complementares em muitos aspectos: o historicismo burguês e o determinismo materialista.

Segundo Gagnebin:

Benjamin, que, conforme sabemos por meio do depoimento de seu amigo G. Scholem, escreveu as teses sob o impacto do acordo de agosto de 1939 entre Stalin e Hitler, critica duas maneiras aparentemente opostas de escrever a história que, na realidade, têm sua origem em uma estrutura epistemológica comum: a historiografia 'progressista', mais especificamente a concepção de história em vigor na social-democracia alemã de Weimar, a ideia de um progresso inevitável e cientificamente previsível (Kautsky), concepção que, conforme demonstra Benjamin, provocará uma avaliação equivocada do fascismo e a incapacidade de desenvolver uma luta eficaz contra sua ascensão: mas também a historiografia 'burguesa' contemporânea, ou seja, o historicismo, oriundo da grande tradição acadêmica de Ranke a Dilthey, que pretenderia reviver o passado através de uma espécie de identificação afetiva do historiador com seu objeto. (GAGNEBIN, 2012, p. 7)

Entendemos que, em suas teses, Benjamin apresenta uma concepção de história simultaneamente teórica e política, além de deixar evidente as implicações que a construção deste conhecimento promove na vida dos indivíduos e da sociedade. Nesse texto, ele posiciona o historiador como um agente construtor do passado que articula de forma inseparável tanto sua interpretação quanto seu posicionamento político e ético. O que se propõe é uma história que vá além daquela apresentada pelos vencedores, buscando trazer à tona as possibilidades antes reprimidas, preenchendo lacunas vazias e valorizando a voz das resistências na luta política. Com isto, uma nova face é dada a esperanças antes frustradas.

Tal como demonstramos a respeito das narrativas, no conceito de história defendido por Benjamin, a relação entre passado e presente deixa de ser vista como uma ligação direta e passa a ser encarada na forma de uma constelação. Nela, fatos pretéritos deixam de ser entendidos sob uma ótica que tende à linearidade e ao progresso e passam a ser percebidos como construções que se dão no presente, possibilitando criações que vão além dos discursos oficiais e cristalizados. A partir deste entendimento, as narrativas e as histórias podem ser desnaturalizadas, deixando de possuir quaisquer status dogmáticos e abrindo-se às múltiplas interpretações que se encontram entre as dobras dos leques.

Portanto, para Benjamin, a história não deve ser encarada como linear, naturalizada ou imutável. Além disso, também podemos depreender que ele entende a história como

situada para além de um binarismo que inevitavelmente tende a certo maniqueísmo. Com efeito, percebemos através de suas teses a necessidade de se buscar as diversas camadas que se encontram esquecidas e que se situam sempre na zona situada para além de dois polos opostos.

Benjamin entende que a ideia de uma sistematização progressiva e linear de todo o saber humano culmina na oficialização e na cristalização deste saber. Daí a problematização da apologia ao progresso e, portanto, da compreensão do tempo histórico como uma progressão linear de fatos pretéritos com nexos causais que explicaria ou justificaria uma realidade social atual. Segundo Benjamin, “a ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de seu andamento no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia desse andamento deve estar na base da crítica da ideia do progresso em geral” (BENJAMIN, 1940/2012, p. 249). Em outros termos, para o autor, essa sequência de causas e efeitos tende a sufocar os acontecimentos históricos dentro de uma estrutura rígida e fechada, na qual a variante histórica que triunfou é a única possibilidade cogitada. Isto só pode desembocar na limitação ou mesmo no impedimento da visão histórica em sua amplitude desejada e/ou possível. Neste contexto, o anjo da história, que Benjamin vê representado em um quadro de Klee chamado *Angelus Novus*, é um anjo que se volta para o passado, mas não vê nele uma cadeia de acontecimentos a serem recuperados. O que ele vê é um acúmulo de ruínas prontas a serem resgatadas, sendo tal resgate impensável dentro de um modo de se fazer história propriamente positivista.

Benjamin entende que a quebra da concepção desta ideia de progresso é um ato revolucionário. A partir da perspectiva de que o passado não se perdeu e que, pelo contrário, encontra-se a espera de sua salvação (na qual as vítimas do passado e as vozes caladas poderão obter sua rememoração histórica) e de que, portanto, a história é um conhecimento produzido a partir do tempo presente e repleto de “agoras”, o historiador passa a se colocar em uma posição na qual atua como um agente transformador da sociedade. Este agente transformador seria aquele capaz de romper com estruturas de poder e/ou discursos e memórias que se encontram naturalizados.

Assim, a construção do conhecimento historiográfico se emparelha à noção de origem que Benjamin trabalha na introdução da “Origem do drama trágico alemão” (BENJAMIN, 1925/2013). Para ele, o conceito de origem estaria atrelado ao fluxo do devir,

ao incompleto e ao inacabado: “a origem, portanto, não se destaca dos dados factuais, mas tem a ver com sua pré e pós história” (BENJAMIN, 1925/2013, p.34). Estes dados factuais sempre chegarão a nós de forma fragmentária e, portanto, precisam ser necessariamente problematizados. Nenhum retorno ao passado pode ser vivenciado de forma absoluta e, deste modo, compreende-se que um ocasional evento originário estará sempre ligado a correnteza do porvir. A origem, segundo Benjamin, é a pulverização crítica do evento originário e, através desta pulverização, abre-se a possibilidade para a salvação e para a construção de múltiplas narrativas que, em si, sempre serão transitórias.

Desta forma, compreende-se que Benjamin combate a história utilizada como instrumento de perpetuação de memórias e de cristalização de saberes, sempre elaborada em prol da manutenção de determinados *status* ou em benefício de determinadas classes e segmentos da sociedade. No seu entendimento, ela também pode se estabelecer como um local de conflitos e como uma fonte de criação que possibilite tanto o embate às memórias eternizadas e nunca revisitadas, bem como a emersão das memórias até então sufocadas pelo esquecimento. Nesta possibilidade aventada por Benjamin, a história não deve ser resgatada, e sim, construída e constantemente examinada.

Com efeito, para o historiador, mais importante do que apresentar conclusões seria colocar questões em evidência, o que acaba gerando certa reflexão da parte de seus interlocutores, afinal “nunca poderemos recuperar totalmente o que foi esquecido. E talvez seja bom assim” (BENJAMIN, 1938/1987, p. 104). Nesta perspectiva, importaria mais o modo como a história é constantemente organizada, o que ordenaria incessantemente o passado de acordo com novas configurações. Essas novas e constantes configurações modificam o presente e isto deixará o caminho livre para outras interpretações que poderão advir.

Daí o passado pode ser compreendido como um tempo vivo que não é encerrado em si próprio, só possuindo sentido em um contexto específico. Deste modo, Benjamin abandona o vazio do tempo de *Chronos* na construção do conhecimento histórico e se regoziza na utilização do tempo de *Kairós* caracterizado pela temporalidade de natureza qualitativa, descontínua e pelo momento indeterminado e oportuno. Com isso, torna-se possível o salto do tigre que Benjamin traz à tona em suas teses. Salto este aonde

Robespierre busca ligar a revolução francesa ao império romano do ocidente se apropriando de um passado republicano da história da humanidade.

Neste aspecto, o ofício do historiador não pode ser visto como uma atividade meramente contemplativa. Ao se entender que o passado é formado a partir de sua relação com o presente e que o tempo utilizado nesta construção é o de *Kairos*, entende-se a conexão entre a escrita da história, a política e a própria vida da sociedade. A partir do momento em que se entende que futuro, presente e passado estão abertos e que o futuro é capaz de retirar dossiês “perdidos” do ostracismo, o discurso histórico que triunfou deixa de ser o único possível. Deste modo, a produção do conhecimento histórico torna-se inseparável de um constante fazer social, político e ético.

#### *Benjamin e Nora entre a compensação e a criação*

A partir deste exame da obra de Benjamin, percebemos que seu conceito de história em muito se distancia do de Nora. A proposta agora é contrapor uma teoria à outra, objetivando verificar o quanto a postura saudosista e compensatória de Nora contrasta com o que podemos qualificar de visada propriamente criativa de Benjamin a respeito do ofício do historiador.

Conforme já destacamos, através da leitura de “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, entendemos que, de acordo com Nora (1993), os lugares de memória constituem peças-chaves nas tentativas de se formalizar uma história cristalizada e oficial. Isto se justifica pela ênfase dada ao fato de que o processo de reconstrução de memórias pode ser apropriado pelo Estado que, através dos arquivos, celebrações, monumentos e demais dispositivos, vem a legitimar a questão identitária de uma nação, bem como o seu passado. Ao contrário de Benjamin, Nora não toca na questão de que os vestígios vinculados a estes locais de memória teriam a potencia de tornar a memória e história fluidas: para ele, os lugares de memória serviriam mais à intenção de perpetuar o passado de um povo que, com isto, passaria a ter uma história em comum.

Segundo Nora, o passado encontra-se definitivamente morto, sendo justamente esta morte a razão do ímpeto tão característico da sociedade atual de circunscrever os mais diversos lugares aos vestígios que ainda restaram. A construção destes lugares promoveria, portanto, certo sentimento de continuidade com o passado esfacelado, compensando toda a

fluidez própria ao mundo moderno, bem como o caráter eminentemente efêmero da vida contemporânea: “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos a necessidade de lhe consagrar lugares”, afirma Nora (1993, p. 8) com certo tom saudosista.

Daí a oposição entre memória e história tão presente em sua teoria. A memória é situada como aquilo que um grupo carregou consigo, algo que estava em permanente evolução, aberto a sucessivas deformações e vulnerável às mais diversas manipulações. Já a história só surge a partir da perda desta memória, vindo de certo modo compensá-la. Neste aspecto, a produção da história é tida como um processo de reconstrução do que não existe mais, reconstrução qualificada como “problemática e incompleta” (NORA, 1993, p.9), posto que inevitavelmente demanda análise e discurso crítico. Ademais, tida como o resultado de uma operação propriamente intelectual, a história acaba promovendo a deslegitimação do passado vivido. Ou seja, com o fim da memória e a conseqüente ascensão da história, o homem deixa de viver na intimidade da primeira para existir sob o olhar da segunda que – de acordo com o autor – nunca é autêntica, posto que reconstruída.

Claro está que o processo de construção dos lugares de memória sempre envolve uma deformação ou transformação dos vestígios, constituindo-se, portanto, como um trabalho criativo. Quanto a este aspecto, podemos até dizer que a teoria de Nora, de certa maneira, se aproxima dos apontamentos de Benjamin, salvo pelo fato de que, para o primeiro, o mecanismo em questão acaba culminando em uma petrificação ou cristalização mnêmica. Em outros termos, no texto de Nora, há a intenção subjacente à construção histórica de que a memória reconstruída se mantenha viva pelo maior tempo possível, perpetuando-se através dos lugares que lhes são consagrados. Tudo isto em vistas a legitimar os processos identitários que se fazem em uma sociedade.

Em suma, depreendemos que se trata aqui do trabalho de tentar compensar uma perda, trabalho este que se justifica pelo tamanho saudosismo que se tem do que se acabou. Lamenta-se o fim dos rituais e demonstra-se certa intenção em se pagar uma dívida com nosso passado, de forma a mantê-lo vivo a qualquer custo. Ora, fica perceptível que este ideal nostálgico em muito contrasta com a proposta benjaminiana, muito mais interessada em enfatizar aquilo que se perde ou se interrompe no processo histórico: para Benjamin, mais importante do que compensar qualquer coisa é olhar sempre para a frente.

É justamente para esta afirmação que convergem alguns apontamentos de “Experiência e pobreza” (BENJAMIN, 1933/2012). Com efeito, Benjamin aventa a possibilidade de positivarmos o declínio da experiência – ao invés de pranteá-lo – para verificarmos o que daí pode advir. Assim, ao invés de contrabalançar uma perda, pode ser interessante renunciarmos ao passado, possibilitando uma abertura para um futuro sempre incerto. Deste modo, a partir de uma espécie de tábula rasa, algo de novo pode ser criado e, por isto, o elogio que ele faz a Klee, Scheebart e Bauhaus, cada um, a seu modo, elogiando o novo e tentando abrir mão de quaisquer posturas saudosistas.

De fato, quanto mais o sujeito lamenta o término de algo menos ele se abre à novidade. Assim, ao positivar o relativo declínio de toda uma tradição, o pensamento benjaminiano encontra os alicerces necessários para formular um conceito de história fortemente marcado por uma dimensão criativa. Segundo o nosso entender, isto contribui para uma nova visada a respeito de alguns temas caros ao pensamento filosófico, sobretudo, à problematização que ele faz do conceito de verdade. É para este ponto – por outras vezes insinuado ao longo do artigo – que nos voltaremos à guisa de conclusão.

Conforme evidenciamos nas seções anteriores sobre Benjamin, nos domínios da história e da narrativa, seria incorreto supor a existência de uma única interpretação para algo. Nesta medida, tanto a construção de uma narrativa quanto o próprio ofício do historiador carregam um caráter inconclusivo e, portanto, sugerem as mais diversas possibilidades de continuação e de criação, o que contraria quaisquer pretensões a conclusões ou reflexões homogêneas. Tal aspecto nos leva a entender que os trabalhos do narrador e do historiador possuem como base todo o dinamismo próprio aos atos de lembrar e esquecer. Em outros termos, o ato do esquecimento é necessariamente parte integrante dos processos narrativos e históricos e neles adquire o potencial de possibilitar a emergência do novo. Ao encararmos o esquecimento desta forma, nos afastamos de quaisquer posturas que conduzam à homogeneidade e positivamos a história como um espaço de criação, sempre capaz de produzir algo de novo.

Ora, o tema do esquecimento também é objeto da teoria de Nora. No entanto, ao contrário do que se passa em Benjamin, ele é fortemente negativizado, configurando-se como aquilo que deve ser necessariamente evitado. Isto pode ser verificado quando o autor coloca que há uma perda de memória no princípio de todo o processo histórico. Ou seja, o

que justifica toda a construção dos lugares de memória é o esquecimento de um passado, uma sociedade já incapaz de lembrar-se de uma tradição da qual só sobraram ruínas. Todavia, ao invés de positivar este esquecimento – tal como o faz Benjamin –, Nora se empenha em estudar como ele pode ser remediado. Com isto, abre-se espaço para a intenção de se construir uma história oficial que não passaria de mera representação do passado perdido, como se fosse imprescindível tentar restituí-lo como exatamente foi.

É justamente por haver esta intenção subjacente ao texto de Nora que podemos demonstrar o quanto ele ainda se encontra preso à ideia de uma verdade. Nele, há a intenção de se produzir uma história que se pretenda verdadeira, embora ele próprio reconheça que qualquer construção histórica é inevitavelmente problemática e incompleta. De maneira oposta, há em Benjamin uma relativização do conceito de verdade. Em suas “Teses”, por exemplo, ele afirma que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’”. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo (BENJAMIN, 1940/2012, p. 243). Nesta medida, entende-se que o ato de esquecer necessariamente atua no trabalho de constituição das memórias pessoais e coletivas (GONDAR, 2000) e, com isto, a própria ideia de verdade se perde. Temos, em Benjamin, trabalhos de transmissões de narrativas e de construções de histórias necessariamente inconclusivos e inacabados. A partir deste corte, abre-se espaço para que se produzam as mais variadas interpretações sobre o que é narrado ou difundido pela história.

Desta maneira, observamos que para Benjamin, o conceito de verdade é sempre aberto e, portanto, distante de absolutizações. Ou seja, seu modo de conceber a história em nada tem a ver com a pretensão ou intenção de contá-la como ela “realmente foi”. O historiador e o narrador não são aqueles que colhem verdades já prontas, mas sim, aqueles que as constroem e as significam a partir do presente pela valorização das marcas e vestígios. Em outros termos, eles são aqueles que deixam no corpo da história a marca de seus dedos, e principalmente aqueles que a problematizam, desnaturalizando concepções já há muito estabelecidas.

Neste sentido, o autor prefere optar sempre por valorizar as mais diversas constelações de verdades e de conhecimentos construídos, a serem sempre repensados e nunca cristalizados. Assim, podemos até mesmo dizer que, para Benjamin, o próprio

conceito de verdade não é uno, de forma que a verdade deva ser constantemente revisitada e repensada, como forma de afastá-la de um status dogmático e eterno. O autor acredita que “quem alguma vez começou a abrir o leque da memória não alcança jamais o fim de seus segmentos; porque descobriu que o leque pode desdobrar-se e que a verdade reside em suas dobras” (SARLO, 2013, p. 43). Destaca-se, com isto, que para quem optou pela estrada não dogmática da busca pela verdade, existe um caminho infinito que se abre a cada busca, a cada pergunta e a cada narrativa. Nesta concepção, a busca pela verdade se faz de maneira interminável e sempre inacabada, já que seus sentidos se cruzam na forma de redes, ocasionando entrelaçamentos, conflitos e rupturas e gerando novos e múltiplos sentidos.

Por isso, se tivermos em mente o pensamento de Benjamin, o termo “verdade” jamais deveria ser empregado na forma singular. Para ele, existem verdades, múltiplos caminhos, infinitas possibilidades e buscas intermináveis. Deste modo, a memória do narrador ou o saber construído pelo historiador são – ou deveriam ser – objetos de constantes revisitações sob pena de se tornarem fechados em si, permeados de verdades absolutas e para sempre cristalizadas. Portanto, pretendemos demonstrar que a construção do conhecimento historiográfico deve abrir mão da busca por conclusões propriamente ditas. Caberia a este conhecimento levantar uma série de questões a serem constantemente retomadas e ao historiador caberia seguir essas questões tendo sempre em vista a imprevisibilidade da história, buscando acabar com a oficialização do passado e, através da busca por vestígios, fazer tanto do passado como do presente um leque infinito de possibilidades. A partir daí criam-se novos caminhos que permitirão a construção de uma história sempre aberta, distante da dogmatização de seu objeto de estudo e a formação de pesquisadores mais conscientes das implicações materiais éticas, sociais e políticas do seu ofício.

## Referências

- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 114-119. (original publicado em 1933)
- \_\_\_\_\_. O Narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 197-221 (original publicado em 1936)

- \_\_\_\_\_. Infância em Berlim por volta de 1900. In: *Obras escolhidas II*: Rua de mão única. Tradução Rubens Rodrigues Torres Filho & José Carlos Martins Barbosa. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 66-134. (original publicado em 1938)
- \_\_\_\_\_. *A origem do drama trágico alemão*. Tradução João Barrento. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. (original publicado em 1925)
- \_\_\_\_\_. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I*: magia e técnica, arte e política. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 222-233. (original publicado em 1940)
- GAGNEBIN, Jean Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I*: magia e técnica, arte e política. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 7-19.
- \_\_\_\_\_. *História e narração em Walter Benjamin*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Limiar, aura e rememoração*. 1ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2014.
- GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: GONDAR, Jô. & COSTA, Icléia. (Orgs.) *Memória e Espaço*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 35-43.
- NORA, Pierre. Entre memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- SARLO, Beatriz. *Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.